

João Pessoa, PB, 13 a 19 de outubro de 2014 - nº 42 - Ano XVII

Enterro do serviço público

De maneira bem humorada, o Fórum dos Servidores vai alertar a população para um problema bastante sério: o desmantelamento do serviço público estadual.

A precariedade com o serviço público motivou as entidades a denunciarem a falta de uma política de investimentos e valorização. Para tanto, na próxima quarta-feira (22), às 10h, o Fórum promoverá o enterro simbólico do serviço público, no Parque Solon de Lucena (Lagoa).

A proposta do Fórum é estimular a população a se engajar na luta **EM DEFESA DO SERVIÇO PÚBLICO**.

Serviços precários

A população vem sofrendo com os serviços ineficientes prestados em áreas importantes como educação, saúde e segurança pública com escolas e delegacias fechadas, hospitais sem leitos e terceirizados a preços milionários e a violência crescente que coloca a Paraíba em destaque no mapa da criminalidade.

RC sofre duas derrotas no TRE

O enterro do serviço público deveria ocorrer no começo deste mês, porém, a Justiça Eleitoral cancelou o evento, acolhendo pedido da coligação A Força do Trabalho, de Ricardo Coutinho.

Os servidores cumpriram a determinação do TRE e, imediatamente, suspenderam o protesto. As entidades do Fórum recorreram da decisão, tendo o direito reconhecido pelo Pleno do Tribunal Regional Eleitoral. Outra ação foi impetrada pela coligação “A Força do Trabalho”, pretendendo cercear o direito constitucional de liberdade de expressão. Novamente, o TRE reconheceu o direito legítimo do Fórum, apenas determinando o não uso da expressão DITADOR e do símbolo do girassol.

Até o fechamento desta edição, sexta-feira à tarde, estava programado para o dia seguinte, o ato denominado Em Defesa do Serviço Público, no Busto de Tamandaré, no Cabo Branco.

MPE é provocado a investigar “codificados”

O Fórum dos Servidores Públicos protocolou, segunda-feira última (13), pedido de investigação ao Ministério Público Eleitoral sobre a contratação, pelo governo do Estado, de servidores “codificados”.

Os “codificados” não possuem contrato administrativo para prestação de serviço temporário, não ocupam cargo efetivo ou comissionado e ingressam no serviço público sem qualquer instrumento de seleção pública, representando excrescência jurídica só existente no Estado da Paraíba, podendo encobrir a contratação ilegal de “cabos eleitorais”. A sociedade exige apuração rigorosa dos gravíssimos fatos denunciados pelo Tribunal de Contas do Estado.

Segundo constatou o TCE, somente no setor da saúde, o Governo do Estado tem gastos mensais médios superiores a R\$ 10 milhões, sendo possível identificar o aumento durante o período eleitoral, para aproximadamente R\$ 15 milhões.

Servidores a quem servis?

Em setembro, conforme noticiando na coluna Enfoque, do Jornal da Paraíba, uma policial militar fardada representou a coligação A Força do Trabalho, durante reunião da Justiça Eleitoral, em Campina Grande.

A cooptação de servidor público para se empenhar na campanha eleitoral volta a preocupar diante dos argumentos do Juiz em Patos, Ramonilson Alves Gomes. Ele pediu tropas federais para garantir a lisura do pleito naquela cidade, alegando a suposta parcialidade de alguns militares.

Surgiram novas denúncias de que uma servidora estadual, gerente de uma região de ensino e irmã de um procurador estadual, teria realizado reunião com prestadores de serviço e cobrado empenho dos mesmos para a reeleição do atual governador, o que implicaria em assédio moral e conduta vedada.

Mais uma denúncia: presidiários em regime semi-aberto estariam engajados na campanha eleitoral para o atual governador.

Deputado reeleito visita o Sindifisco-PB

O deputado estadual reeleito, Janduhy Carneiro (PTN), visitou o Sindifisco-PB, quinta-feira última (16). O parlamentar disse que se sentiu na obrigação de agradecer o apoio que recebeu de muitos integrantes do Fisco, e garantiu que nos próximos quatro anos se manterá fiel às causas do serviço público.

Os diretores do Sindifisco-PB entregaram ao deputado cópia do pedido de investigação, feito pelo Fórum dos Servidores Públicos ao Procurador Regional Eleitoral da Paraíba, sobre a contratação de servidores “codificados” no período eleitoral, cujos gastos com esse pessoal somam mais de 10 milhões por mês, segundo divulgou o Tribunal de Contas do Estado.

Houve desvio de recursos na Suplan?

São extremamente graves as denúncias da ex-secretária de Finanças do Estado, Aracilba Rocha, de que houve desvio de recursos da Suplan.

Diante das revelações feitas numa rede social, a população espera que a Assembleia Legislativa cumpra o seu papel de fiscalização dos gastos públicos e a Mesa Diretora acolha o pedido do deputado Caio Roberto e convoque a ex-secretaria, Aracilba Rocha, para depor.

A população sabe que muitas perguntas precisam ser respondidas. Qual o montante desses recursos, quem foram os beneficiados e qual a finalidade?

Silêncio do MPE

Até o fechamento desta edição, sexta-feira última (17), o Fórum dos Servidores ainda não havia recebido qualquer resposta do Ministério Público Eleitoral sobre o pedido de investigação quanto às declarações do governador Ricardo Coutinho, que o apoio de um deputado na Assembleia Legislativa custaria 300 mil reais. As declarações foram feitas durante comício na cidade de Alhandra, em setembro.

O Fórum também não recebeu a certidão comprovando que o governo Ricardo Coutinho realmente requereu ao MPE a investigação no caso do suposto esquema de distribuição de propinas a secretários de governo e ao irmão do governador, Coriolano Coutinho.

A sociedade espera respostas!

Outubro Rosa
O Sindifisco-PB apoia esta luta